



A língua portuguesa como recurso da política externa brasileira à luz da diplomacia cultural

The Portuguese language as a resource of Brazilian foreign policy in the light of cultural diplomacy

*Alex Sandro Beckhauser**

RESUMO: O presente trabalho busca estabelecer um diálogo entre o campo das relações internacionais e da política linguística como forma de compreender a importância da língua portuguesa para a diplomacia cultural a fim de obter vantagens para a política externa brasileira e de promover uma boa imagem do Brasil. Buscar-se-á discutir por que o país priorizou a criação de Centros Culturais Brasileiros (CCBs) em países da América Latina e da África em vez de expandi-los para novas potências emergentes. Consideramos que a diplomacia brasileira tem apostado na divulgação de sua imagem para as aspirações internacionais, dentre elas: conquistar votos dos países em desenvolvimento para uma futura reforma do Conselho de Segurança da ONU.

ABSTRACT: The present work aims to establish a dialogue between the field of international relations and language policy as a way of understanding the importance of the Portuguese language for cultural diplomacy as a way to obtain advantages for Brazilian foreign policy and to promote a good image of Brazil. It will be tried to discuss why the country prioritized the creation of Brazilian Cultural Centers (CCBs) in countries of Latin America and Africa instead of expanding them to new emerging powers. We believe that Brazilian diplomacy has focused on disseminating its image to international aspirations, among them winning votes from developing countries for a future reform of the UN Security Council.

PALAVRAS-CHAVE: Diplomacia Cultural. Centros Culturais Brasileiros. Língua Portuguesa. Política Externa.

KEYWORDS: Cultural Diplomacy. Brazilian Cultural Centers. Portuguese language. Foreign policy.

1. Introdução

No universo das relações internacionais, cada país busca defender seus próprios interesses articulando-se politicamente sem deixar perder sua soberania. Alguns apelam para o uso da força através da ameaça de um confronto bélico ou para embargos

*Doutorando em Linguística, UFSC. alexbeckhauser@gmail.com

econômicos como instrumentos de defesa ou intimidação; outros preferem alcançar seus interesses esgotando toda forma de diálogo ou construir uma imagem positiva utilizando-se de instrumentos atrativos para alcançar suas aspirações externas.

Com este trabalho, queremos entender por que o Brasil tem investido no ensino do português para projetar nossa cultura como um recurso vantajoso para as relações internacionais. Embora seja difícil saber o peso político, e até mesmo econômico, da língua e da cultura nas tomadas de decisão das grandes nações, defendemos que elas exercem um poder simbólico capaz de projetar a imagem de um país que aspira estabelecer e fortalecer parcerias diplomáticas.

É uma discussão estabelecida entre as políticas linguísticas e as relações internacionais, áreas que têm buscado dialogar interdisciplinarmente e que podem render importantes parcerias, principalmente para um país como o nosso que, timidamente, tem reconhecido a importância da língua, por meio da diplomacia cultural, para a projeção de sua boa imagem.

Iniciaremos este trabalho dando especial atenção à diplomacia cultural como uma estratégia política empreendida pelo Brasil para fortalecer suas relações diplomáticas e até mesmo para obter vantagens em relação a outros países. Veremos que a cultura precisa de um melhor planejamento na política brasileira, ao contrário de países como França e China, que a têm colocado em suas respectivas agendas internacionais.

Em seguida, lançaremos um olhar sobre os Centros Culturais Brasileiros (CBBs) como principais veículos de divulgação de nossa cultura e de nossa língua no exterior. Língua e cultura, para os CCBs, caminham lado a lado para promover a imagem de um Brasil pacífico.

A última seção terá como desafio sintetizar a política externa brasileira, focando principalmente nas aspirações que o país vem apresentando em órgãos internacionais e o que tem feito para tentar alcançá-las.

Para concluir, tentaremos responder por que o Brasil priorizou a instalação de CCBs em países da América Latina e da África, boa parte destes com baixa representatividade no cenário internacional, em vez de expandi-los a novas potências emergentes, tais como China, Índia e Rússia.

2. Diplomacia Cultural Brasileira

A cultura, no campo das relações internacionais, tem conquistado maior prestígio ao longo do século XX e isso se deve, muitas vezes, às decisões tomadas pelos Estados que passaram a enxergá-la como um recurso importante para a política externa. Ela passa a ter um poder simbólico mais expressivo, contribuindo, de certa forma, para o equilíbrio das tensões geradas pelo uso da força. A estabilidade da paz social e o valor econômico são alguns dos exemplos para os quais a cultura tem demonstrado sua relevância.

A afirmação acima vai ao encontro da definição de diplomacia cultural proposta por Barba (2008, p. 1):

[...] llamaremos diplomacia cultural al conjunto de operaciones y obras culturales o educativas orquestadas por el Estado con ayuda de diversos socios para asegurar una presencia cultural nacional en el extranjero, con fines de política exterior. En efecto, los Estados se han servido tradicionalmente de la cultura para la difusión de una imagen positiva en el exterior”.

A autora explica também alguns dos objetivos dos Estados no uso da diplomacia cultural: “en primer lugar, debido a que buscan simpatías políticas en el extranjero, así como mantener una imagen de prestigio; y en segundo lugar, con el fin de establecer con ciertos socios un clima de cooperación propicio a los negocios e inversiones” (ibidem, p. 1).

Faz-se necessário expor os instrumentos que a diplomacia considera como cultura e, para isso, expomos a visão de Ribeiro (2011 [1989], p. 31), que explica que a diplomacia cultural abrange intercâmbio de pessoas, promoção da arte e dos artistas, ensino da língua, distribuição integrada de material de divulgação, apoio a projetos de cooperação intelectual e de cooperação técnica, integração e mutualidade na programação.

Segundo o mesmo autor, os instrumentos citados acima se enquadram entre os parâmetros mais amplos da diplomacia cultural, mas dependeriam das prioridades e realidades de cada país. Dentre esses parâmetros, interessa para este trabalho o item 3, ou seja, o ensino da língua. Contudo, entendemos que todos os anteriormente citados “viabilizam outros tipos de objetivos dos Estados, nos planos políticos, econômicos e comerciais (RIBEIRO, 2011 [1989])”. Além disso, as políticas de cultura, assim como as do meio ambiente, qualificam e até mesmo conduzem ao desenvolvimento econômico e sustentável. “São políticas que contribuem para o equilíbrio entre a produção econômica e o bem-estar social” (GIL, 2012, p. 153).

Retomando Ribeiro, “[...] todos os países atuantes no cenário cultural internacional privilegiam a difusão de sua língua” (RIBEIRO, 2011, p. 112) e, dentre as políticas culturais, a língua é a que ganhou maior atenção dos Estados na intenção de estabelecer sua estratégia internacional (FRANCO, 2015). É o caso da França, da Grã-Bretanha, da Espanha e, mais recentemente, da China.

Trazendo o que foi dito anteriormente para o contexto brasileiro, Bijos e Arruda (2010, p. 33) explicam que a nossa diplomacia cultural se torna uma das formas mais consistentes de destacar o Brasil no cenário internacional com objetivos políticos, econômicos e de cooperação. Percebe-se, imbricada às estratégias da política externa, a ambição de conseguir participar mais ativamente das decisões tomadas em nível mundial e, para tanto, o Brasil vê na cultura e no ensino do português uma maneira de transmitir a imagem de um país líder e capaz de atender às demandas de sua região.

Na América Latina, o Brasil se destaca por transformar sua cultura e o ensino da língua portuguesa em instrumentos de promoção de sua boa imagem e de afirmação de sua identidade como nação culturalmente rica e de um povo que, apesar de sofrer com um alto índice de violência, não está à mercê de conflitos étnicos ou religiosos e nem suscetível a ataques terroristas. Transformar nossa cultura – e com ela o ensino do português – em um recurso diplomático tem sido uma tarefa ora afetada pela falta de interesse, ora pelo cenário político.

Independente das conturbações políticas pelas quais o Brasil tem passado, nossa diplomacia cultural acabou sendo caracterizada: (i) por sua precocidade, por colocá-la na agenda política antes mesmo de nações que investem muito mais em cultura do que nós; (ii) pela sua continuidade, porque apesar das desconfianças de sua eficácia, nunca deixou de servir como uma estratégia diplomática; e (iii) pelo seu pragmatismo, pois o Brasil viu, com o referido instrumento, uma maneira amigável de projetar sua identidade e de se colocar no mundo (DUMONT; FLÉCHET, 2014).

Antes mesmo do Brasil, outros países perceberam a importância da cultura para “a superação de barreiras convencionais que separam povos; na promoção ou estímulo de mecanismos de compreensão mútua; na geração de familiaridade ou redução de áreas de desconfiança” (RIBEIRO, 2011 [1989], p. 24). O primeiro e um dos principais exemplos é o da França. Calvet (2007, p. 130) comenta que a Revolução deu início a uma ação cultural e linguística externa, que, a princípio, estava organizada sob diferentes vetores religiosos, mas, ao final do século XIX, organizações leigas passaram a orquestrar a política cultural francesa. Uma das mais conhecidas e promovidas mundialmente é a Aliança Francesa, criada em 1883.

Vale a pena destacar um exemplo mais recente como o da China, a qual considera que, para participar do cenário globalizado, é preciso expandir sua

influência pelo mundo. Contudo, não através do uso da força, mas na tentativa de conseguir conquistar a confiança de outros países por meio de seu charme ofensivo¹.

Kurlantzic (2007) inicia sua obra comentando que pouco depois de ter chegado à Tailândia, percebeu como a admiração dos tailandeses pelos Estados Unidos começou a decair, dando espaço para que a imagem chinesa entrasse no país sem nenhuma imposição. O autor explica que quando a Tailândia mais precisou dos EUA, após a crise do final de 1990, os americanos lhe viraram as costas, levando à sua impopularidade. Dessa maneira, a cultura chinesa foi ganhando espaço e o país se tornou um dos principais parceiros comerciais da Tailândia. Kurlantzic, ao conversar com diplomatas americanos, percebeu que estes não tinham noção de como a China estava ocupando um espaço que antes era dominado pelos EUA. Explica também que a presença chinesa na Tailândia se deve não ao uso de embargos econômicos ou militares, mas ao recurso de *Soft Power*². Em pouco tempo, o interesse pela aprendizagem da língua chinesa cresceu significativamente e aumentaram os centros de língua oferecendo o ensino do chinês. O autor também explica que a China passou a ter influência em outros países fora da Ásia, por exemplo, na intervenção de conflitos no continente africano.

Esse tipo de intervenção pode ser considerada outra forma de implementar uma política de difusão da língua e da cultura de um país. Nos próximos parágrafos, daremos alguns detalhes das operações de manutenção de paz empreendidas pelos militares brasileiros em países como Timor Leste e Haiti.

¹ Utilizamos o termo “charme ofensivo” em referência a Joshua Kurlantzic (2007).

² Nye cria o conceito de *Soft Power*. Trata-se de “[...] *the ability to get what you want through attraction rather than coercion or payments. It arises from the attractiveness of a country’s culture, political ideals, and policies. When our policies are seen as legitimate in the eyes of others, our soft power is enhanced*” (NYE, 2004, p. 14).

3. Os Centros Culturais Brasileiros como instrumento da Diplomacia Cultural

Para entender como o primeiro CCB foi criado, é preciso voltar ao período do Estado Novo. Durante os anos de 1937 a 1945, o Brasil viveu um momento significativo na sua política de promoção cultural. Havia um enorme interesse do Governo Getúlio Vargas em divulgar a imagem do Brasil no exterior. E uma das maneiras de promover nosso país era através de livros de intelectuais brasileiros distribuídos nas embaixadas brasileiras ou traduzi-los para outras línguas. Vários exemplares de cunho político, econômico, histórico e literário foram impressos, os quais chegaram ao exterior por meio da Divisão de Cooperação Intelectual (DCI). Por outro lado, livros que enalteciam o governo Getúlio Vargas³ receberam especial atenção, e alguns deles foram até traduzidos para mais de uma língua. As traduções, inclusive, eram feitas no Brasil e enviadas ao exterior. Os livros de intelectuais como Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freire, Manoel Bomfim, Álvaro Lins e outros traziam, a reboque, a língua portuguesa, que timidamente ia encontrando espaço nas bibliotecas internacionais (FERREIRA, 2006).

A estratégia de adotar o livro como ferramenta de promoção da língua e cultura teve repercussão em Montevideú. Foi quando, em função de uma feira de livros organizada na capital uruguaia, o Brasil criou seu primeiro CCB, chamado Instituto Cultural Uruguaio-Brasileiro (ICUB), em 1940. Em questão de pouco tempo, Argentina, Paraguai e Bolívia também receberam um centro específico que demarcasse a presença do Brasil por meio de sua imagem, promovida pela língua portuguesa e pela cultura brasileira.

Da década de 1940 em diante, já com uma identidade estabelecida e com ambições mais concretas na política externa, o Brasil pôde analisar melhor sua política

³ É preciso esclarecer que não temos o objetivo de enaltecer as políticas de promoção cultural adotadas no governo Getúlio Vargas, mas apenas informá-las. Sabemos que, no que se refere às políticas linguísticas, o período do Estado Novo foi um modelo de retrocesso para o multilinguismo, mas que foge ao escopo deste trabalho.

de promoção do português, vendo-a como uma forma de estabelecer relações amigáveis com países vizinhos.

Numa definição que abarca o que já vínhamos discutindo acima e ampliando os objetivos dos CCBs:

Os Centros Culturais Brasileiros são instituições diretamente subordinadas ao Chefe da Missão Diplomática ou repartição consular do Brasil em cada país, constituindo o principal instrumento de execução da nossa política cultural no exterior. Suas atividades estão relacionadas ao ensino sistemático da Língua Portuguesa falada no Brasil; à difusão da Literatura Brasileira; à distribuição de material informativo sobre o Brasil; à organização de exposições de artes visuais e espetáculos teatrais; à co-edição e distribuição de textos de autores nacionais; à difusão de nossa música erudita e popular; à divulgação da cinematografia brasileira; além de outras formas de expressão cultural brasileira, como palestras, seminários e outros (DINIZ, 2012, p. 439).

Embora estejamos falando do ensino do português no exterior, pertencente à diplomacia cultural, podemos observar, na definição acima, que é o Ministério das Relações Exteriores quem tem maior autoridade sobre o assunto. O Itamaraty possui um Departamento Cultural responsável pela difusão da cultura, no qual se encontra a Divisão de Promoção da Língua Portuguesa (DPLP), responsável pelos Centros Culturais Brasileiros, os Núcleos de Estudos Brasileiros e os Leitorados.

O Brasil não é o único país a ter um ministério de assuntos externos decidindo sobre as políticas de divulgação da língua e da cultura. Ribeiro (2011 [1989]) constata que as chancelarias de países como Grã-Bretanha e França também tomam decisões relacionadas a essas políticas.

O *British Council*, diferentemente da Aliança Francesa e dos CCBs, tem parceria com outros órgãos. Já na França, é o Ministério de Relações Exteriores que tem controle sobre as atividades de divulgação da língua francesa.

Atualmente, encontram-se vigentes 24 CCBs distribuídos em quatro continentes. São eles:

Quadro 1 – Centros Culturais Brasileiros.

Centros Culturais Brasileiros	Ano de fundação
Centro Cultural Brasil-Bolívia	1958
Centro Cultural Brasil-Chile	1960
Centro Cultural Brasil – Peru	1962
Centro Cultural Brasil em Barcelona	1963
Centro Cultural Brasil-Guiana	1970
Centro Cultural Brasil-Paraguai	1974
Centro Cultural Brasil-México	1975
Centro Cultural Brasil-Itália	1978
Centro Cultural Brasil-Nicarágua	1981
Centro Cultural Brasil – Suriname	1983
Centro Cultural Brasil- El Salvador	1986
Centro Cultural Brasil-Guiné-Bissau	1986
Centro Cultural Brasil-Moçambique	1986
Centro Cultural Brasil-Finlândia	2001
Centro Cultural Brasil-Angola	2003
Centro Cultural Brasil-Haiti	2008
Centro Cultural Brasil-Panamá	2008
Centro Cultural Brasil-África do Sul	2008
Centro Cultural Brasil-Cabo Verde	2008
Centro Cultural Brasil-São Tomé e Príncipe	2008
Centro Cultural Brasil-República Dominicana	2009
Centro Cultural Brasil-Líbano	2011
Centro Cultural Brasil-Israel	2013
Centro Cultural Brasil-Argentina	2013

Fonte⁴: elaborado pelo autor.

Cabe explicar que não incluímos acima outras instituições responsáveis pelo ensino do português – os chamados Institutos Culturais (ICs) –, por terem sido privatizadas após 1995 e desligadas completamente das embaixadas brasileiras. Atualmente, os ICs possuem um registro próprio em seus respectivos países com status de empresa. É o caso do ICUB, do Instituto de Cultura Brasil-Colômbia, do Instituto Brasileiro-Equatoriano de Cultura, dentre outros.

Pode-se observar, também, que os anos de 2003 a 2013 foram importantes para a promoção do português em nível internacional, com um aumento de 34,5% de novos CCBs. Isso é resultado da política externa brasileira de aproximação com os países

⁴ O quadro acima foi elaborado com base nas informações retiradas do sítio Rede Brasil Cultural. Disponível em <http://redebrasilcultural.itamaraty.gov.br/>

latinos e africanos. Interessante apontar que a África do Sul é o único país dos BRICs (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) contemplado com um Centro Cultural, instalado em 2008, em Pretória.

Em muitos outros países, cabe aos leitores e às embaixadas brasileiras se encarregarem de criar meios para promover o ensino da língua portuguesa e da cultura brasileira. Um exemplo disso é a embaixada brasileira em Moscou, que tem trabalhado para melhorar o acesso a materiais de ensino do português (VEKLITCH, 2014) e, na mesma direção, o departamento de ensino de português e espanhol na Universidade de Pequim.

Vejamos o caso da presença da língua portuguesa na China. Rocha (2013) afirma que o interesse começou em 1961 ao ser criado o primeiro departamento de português na Universidade de Estudos Estrangeiros de Pequim. Desde então, tem-se proporcionado o ensino do idioma para médicos, enfermeiros e intérpretes para trabalharem nos países lusófonos da África. O mesmo autor explica que tal interesse pela África ocorreu principalmente após a independência das ex-colônias portuguesas.

O grande *boom* de procura da aprendizagem da língua portuguesa na China deu-se a partir do ano 2005, quando a China viu crescer a sua economia em mais de 20% e teve a ver com a necessidade de contratar mediadores linguísticos para dialogarem com os promissores mercados do Brasil, de Angola e de Moçambique (ROCHA, 2013, p. 787).

Nota-se, como comentado nos parágrafos anteriores, o interesse chinês de expandir sua influência em outros países (neste caso, países africanos falantes de português). Ainda de acordo com Rocha (*ibid*, p. 787), dominar o português na China é gerar empregabilidade, tanto dentro quanto fora (com os países de língua oficial portuguesa) do mercado chinês.

Embora a língua portuguesa tenha ganhado espaço em um país da magnitude e da importância da China, até hoje nenhum CCB foi inaugurado por parte do Brasil.

Nem mesmo os Brics foram suficientes para o Itamaraty criar um espaço exclusivo para a língua portuguesa. O português brasileiro (através do Ministério das Relações Exteriores) só se manifesta por meio das duas leitoras que lá atuam: uma na Universidade de Estudos Estrangeiros de Cantão e a outra na Universidade de Pequim.

Embora os leitores tenham um papel importante na promoção da língua, eles têm menos autonomia e menos poder para criar políticas de promoção da língua portuguesa porque estão subordinados às políticas das universidades às quais estão vinculados (DINIZ, 2012).

Finalizamos esta parte apresentando a constatação de Oliveira em relação à internacionalização do português:

O período pós-2004 [...] tem sido um período virtuoso para o crescimento da língua portuguesa, tanto internamente como externamente. Ampliou-se o letramento da população, a inserção dos países na sociedade internacional, o crescimento da classe média, criando uma produção e um consumo cultural mais sofisticado, mais viagens ao exterior e maior acesso à Internet. Estes fatores fomentam um interesse maior pelos países de língua portuguesa e, conseqüentemente, maior disposição para o seu aprendizado como língua estrangeira (OLIVEIRA, 2013, p. 417).

Com base nas afirmações apresentadas anteriormente, podemos concluir que o crescimento econômico do Brasil na primeira década do século XXI proporcionou uma fração muito considerável de oportunidades no campo da diplomacia cultural, tendo a língua portuguesa como um dos carros-chefes dessa política externa.

4. A política externa brasileira

Para entender o papel e a importância da cultura e da língua portuguesa no cenário internacional, é preciso compreender as estratégias do governo brasileiro por meio de sua política externa. É claro que este trabalho não tem condições de apresentar

a presença do Brasil nas relações internacionais, mas tentará sintetizar questões relevantes para responder à pergunta levantada no início do texto.

Desde o início do século XX, a diplomacia brasileira realiza esforços para aumentar sua margem de manobra internacional. Isso inclui “a não intervenção nos assuntos internos dos estados, a defesa de solução pacífica das controvérsias internacionais e a ênfase no desarmamento geral” (DINIZ, 2006, p. 316).

Uma das formas de aumentar a referida margem de manobra é tornar-se membro oficial do Conselho de Segurança da ONU⁵ (CSNU). Contudo, por diversas vezes, o país conseguiu ser apenas membro não permanente. Durante dez biênios o Brasil participou como membro rotativo desde a criação do CSNU, sendo a última vez nos anos 2010-2011.

A constante presença brasileira no CSNU pode ser explicada em razão da força política que o país exerce na América Latina, além de contribuir para a manutenção da paz e da segurança internacionais. Os requisitos mencionados são importantes para um país tornar-se membro do Conselho e o Brasil aponta como uma das poucas nações em nosso continente a ocupar as duas cadeiras destinadas a países latino-americanos. Sardemberg (2013) explica, inclusive, que antes mesmo da criação da ONU o Brasil já se apresentava como um país capaz de resolver os conflitos em prol da paz mundial e da região e de promover relações harmoniosas entre os Estados e de convivência com seus vizinhos. Consoante à afirmação anterior, Garcia (2012) explica que o Brasil sempre negou o uso de armas de destruição em massa, priorizando um caminho pacífico e a solução negociada de conflitos, questões essas essenciais em sua política externa.

Durante um período ausente do Conselho de Segurança da ONU, o Brasil buscou distanciar-se das grandes potências e aproximar-se de países em

⁵ O Conselho de Segurança da ONU está composto por 15 membros, dos quais cinco são permanentes e os mesmos desde a sua criação, em 1945: China, EUA, Rússia, França e Reino Unido.

desenvolvimento. Porém, desde 1990, retoma o desejo de se tornar membro permanente do conselho de segurança (DINIZ, 2006).

O Brasil advoga a necessidade de reforma do CSNU para torná-lo mais legítimo e representativo do conjunto dos Estados-membros da ONU, que hoje somam 193 países. A reforma é necessária para que o órgão passe a refletir a realidade contemporânea. Trata-se de preservar o arcabouço das Nações Unidas, adaptando suas estruturas às exigências do século XXI (ITAMARATY, s/d).

No seu primeiro discurso, em 2003, o chanceler Celso Amorim enfatizou que a América do Sul passou a ter prioridade nas relações diplomáticas com o Brasil. Sob essa política está a apoiar o país como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU como parte do esforço da América do Sul de possuir uma voz única (AMORIM, citado por G. SANTOS, 2014).

Uma das estratégias para conseguir a permanência tem sido a participação em diversas Operações de Paz, e o Brasil tem se demonstrado eficaz aos anseios internacionais na tentativa de solucionar conflitos por meios pacíficos. Aguilar (2012, p. 217) comenta, de maneira interessante, que o “jeitinho brasileiro” demonstrou ser eficaz em operações de paz realizadas em Angola, Moçambique e Timor Leste. Ele apresenta exemplos de sucesso empreendidos pela tropa brasileira e também por algumas de nossas universidades, que viram, na língua portuguesa, um instrumento para evitar conflitos e conquistar a admiração.

É o exemplo de um projeto empreendido pela linguista Helena Pires de Brito, da USP, que esteve no Timor Leste em 2001 para avaliar o uso da língua portuguesa. Aguilar (2012) conta que a linguista percebeu que a maioria dos timorenses que conhecia o português sentia dificuldade de se expressar nessa língua. Contudo, ao cantar trechos de músicas brasileiras, os timorenses se sentiam menos inibidos. O projeto, então, teve continuidade com a intenção da população timorense de se comunicar em português por meio de práticas de dança popular e cultura brasileira.

As atenções do Brasil para a América Latina não são um fato novo, pois o país tem demonstrado, há algum tempo, o interesse em aproximar-se dos países vizinhos, muito embora algumas tensões tenham sido geradas, como o caso da barragem Itaipu, entre Brasil e Argentina. Acontece que o anseio por uma relação mais estreita do Brasil com a América hispânica tem, subjacente a isso, a defesa dos interesses nacionais, sempre pautada pelos princípios multilaterais. O Brasil sempre evitou impor-se, mesmo sabendo de sua “soberania”.

Com a África não seria diferente, pois, movido por uma identificação histórica com aquele continente, passou a manter um relacionamento aberto, embora tenham havido certas incertezas no início da década de 1970 na viabilidade de os países africanos pagarem os produtos que para lá fossem exportados (MIYAMOTTO, 2009). O Brasil também passou a apoiar a independência das ex-colônias portuguesas como Moçambique, Angola e Guiné-Bissau, vendo nessa nova configuração geopolítica uma forma de conquistar prestígio na defesa de interesses próprios.

A aproximação do Brasil com os países africanos lusófonos refletiu, anos mais tarde, na criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Miyamoto (2009, p. 33) explica que a CPLP é um espaço encontrado pelo Brasil para expandir seus interesses diplomáticos e atuar conjuntamente com a Comunidade para atender interesses globais que seriam difíceis de serem alcançados individualmente.

Desde sua criação, a CPLP pode ser entendida como um grupo que pode, em momentos variados, dar substancial apoio às pretensões brasileiras em nível mais geral. Mas não se pode, também, negligenciar o papel que o país procura exercer junto a essa comunidade, como aquele que tem maior projeção e capacidade internacionais (MIYAMOTTO, 2009, p. 33).

Embora a intenção seja criar uma comunidade que compartilhe uma língua comum e unida por uma relativa identificação, o Brasil acaba se colocando como uma grande potência diante dos demais países e precisa tomar certos cuidados para não

impor a sua vontade às demais nações, evitando provocar a sua rejeição. Vide o caso do último Acordo Ortográfico (ratificado pelo Brasil em 2008), cuja norma brasileira obteve menos modificações que a de Portugal, gerando certo desconforto a uma parcela dos portugueses.

Vale a pena lembrar que o Brasil conta atualmente com seis CCBs na África, sendo cinco deles em países lusófonos e um na África do Sul. *A priori*, não faria sentido instalar um CCB em um país que tem o português como língua oficial, mas concluímos, diante do que foi exposto anteriormente, que a política externa brasileira tem outras aspirações do que simplesmente divulgar a sua cultura.

Aos poucos, a CPLP foi se tornando obsoleta nos discursos dos chefes de estado brasileiros, principalmente durante o Governo Fernando Henrique Cardoso. Ele, no final do mandato, esteve preocupado em ampliar as relações com China, Índia, África do Sul e Mercosul (MIYAMOTO, 2009). Essa tendência de aproximação com as novas potências emergentes, que conformam os Brics, intensificou-se durante o primeiro mandato do ex-presidente Lula em temas como segurança, comércio e intercâmbio tecnológico, com resultados ainda incertos.

À guisa de conclusão, a esfera das relações internacionais é um espaço complexo e delicado, onde decisões equivocadas podem colocar a perder todo um projeto de desenvolvimento e de concretude de aspirações. Entende-se também que todo um planejamento diplomático não significa total certeza de sua implementação, pois está à mercê de uma série de fatores políticos que podem mudar o curso da diplomacia

5. Considerações finais

Conforme comentado no início, este trabalho estabelece um diálogo entre a política linguística e as relações internacionais no intuito de buscar uma explicação da presença da diplomacia cultural brasileira por meio do ensino da língua

portuguesa em países com baixa representação no cenário político e econômico internacional, em vez de expandi-la para novas potências emergentes, como China, Índia e Rússia.

De acordo com o que foi discutido nos parágrafos anteriores, a América Latina e os países africanos de língua portuguesa são considerados prioritários para a política externa brasileira, principalmente nas Missões de Paz. Angola, Haiti e Moçambique – para citar alguns exemplos –, embora pequenos no cenário internacional, são membros das Nações Unidas e podem tornar-se aliados do Brasil numa possível reforma do Conselho de Segurança da ONU. De acordo com Lima (2013), conquistar aliados para uma reforma do CSNU depende da imagem que o Brasil faz como país democrático e de expressivo poderio cultural.

De acordo com Miyamoto (2009), é pensando nessa aliança, também, que o Brasil vê na CPLP uma forma de conquistar apoio às suas pretensões, de modo mais geral. Isso significa uma forma de projetar os interesses brasileiros no exterior, atendendo a interesses globais que seriam impossíveis de alcançar individualmente.

Os Centros Culturais Brasileiros se tornam, dessa maneira, uma forma de divulgar a imagem de um país que prioriza uma solução pacífica de conflitos internacionais, substituindo as armas pela cultura e pelo ensino da língua. Parafraseando Ferreira, (1996), o ensino do português no exterior está voltado para a diplomacia cultural, tendo os CCBs como seu principal instrumento e como forma de construir uma concepção integrada e construtiva do país no exterior.

Além do mais, de acordo com Ribeiro (2011 [1989], p. 49) “seria inviável quantificar o retorno dos investimentos feitos nesses países [os Brics], o que leva a priorizar os recursos para a diplomacia cultural em países regionais cujo orçamento seria mais viável para o governo brasileiro”.

Referências Bibliográficas

AGUILAR, S. Diplomacia brasileira para a Paz. In: BRIGAGÃO, C.; FERNANDES, F. **Uma cultura brasileira de missões de paz**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012, p. 215-241.

BARBA, F. R. **La diplomacia cultural de México**. Real Instituto El Cano. Disponível em:

http://www.realinstitutoelcano.org/wps/wcm/connect/f3d637804f0198e48e22ee3170baead1/ARI78_2008_Rodriguez_diplomacia_cultural_Mexico.pdf?MOD=AJPERES

Acesso em: 05 maio 2017.

BIJOS, L.; ARRUDA, V. Diplomacia cultural como instrumento de política externa brasileira. **Revista Diálogos: a cultura como dispositivo de inclusão**, Brasília, v. 13, n. 1, 2010, p. 33-53,.

CALVET, L.-J. **As políticas Linguísticas**. Tradução: Isabel de Oliveira Duarte; Jonas Tenfen; Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editoria, 2007.

DINIZ, E. O Brasil e as Operações de Paz. In: ALTEMANI, H.; LESSA, A. C. (org). **Relações Internacionais do Brasil - Temas e Agendas**. Volume 2. São Paulo: Saraiva, 2006, p: 303-337.

DINIZ, L. R. A. **Política lingüística do Estado brasileiro na contemporaneidade: a institucionalização de mecanismos de promoção da língua nacional no exterior**. 2012. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas: Campinas. 2012.

DUMONT, J.; FLÉCHET, A. "Pelo que é nosso!": a diplomacia cultural brasileira no século XX. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, V. 34, nº 67, 2014, p. 203-221,.

FRANCO, S. de B. **A língua age: política externa brasileira e a difusão da língua portuguesa no governo lula (2003-2010)**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, 2015

FERREIRA, R. M. L. **A política brasileira de expansão cultural no Estado Novo (1937-45)**. 2006. Dissertação de Mestrado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2006.

G. SANTOS, L. C. Vi. **América do Sul no discurso diplomático brasileiro**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2014.

GARCIA, M. A. Prefácio. In: BRIGAGÃO, C.; FERNANDES, F. **Uma cultura brasileira de missões de paz**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012, p. 15-18.

GIL, G. Cultura, diversidade e acesso. In: BRIGAGÃO, C.; FERNANDES, F. **Uma cultura brasileira de missões de paz**. Fundação Alexandre de Gusmão: Brasília, 2012.

ITAMARATY. **O Brasil e o Conselho de Segurança da ONU**. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/paz-e-segurancainternacionais/137-o-brasil-e-o-conselho-de-seguranca-das-nacoes-unidas>. Acesso em: 10 jul. 2017.

KURLATZICK, J. **Charm offensive: how China's soft power is transforming the world**. New York: Yale University, 2007.

LIMA, A. C. de. **Copa da Cultura: o campeonato mundial de futebol como instrumento para a promoção da cultura brasileira no exterior**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013.

MIYAMOTO, S. O Brasil e a comunidade dos países de língua portuguesa. **Revista Brasileira de Política Internacional**. 52 (2), 2009, p. 22-42. <https://doi.org/10.1590/S0034-73292009000200002>

NYE JR., J. S. **O paradoxo do poder americano: por que a única superpotência do mundo não pode prosseguir isolada**. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 2002.

OLIVEIRA, G. M. Política linguística e internacionalização: a língua portuguesa no mundo globalizado do século XXI. In: **Trabalhos em Linguística Aplicada**. Campinas, n. 52(2), 2013, p. 409-433. <https://doi.org/10.1590/S0103-18132013000200010>

RIBEIRO, E. T. **Diplomacia Cultural: seu papel na política externa brasileira**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão. 2011 [1989].

ROCHA, R. Quantas línguas falas - plurilinguismo e economia das línguas: o caso da língua portuguesa na China. **Administração**. N. 101, V. XXVI, 2013, p. 781-789.

SARDEMBERG, R. M. **O Brasil e as Nações Unidas**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013.

VEKLITCH, A. **Estudantes Russos celebram língua portuguesa**. Gazeta Russa. Disponível em:

https://gazetarussa.com.br/arte/2014/05/01/estudantes_russos_celebram_lingua_portuguesa_25409 Acesso em: 30 mar2017.

Artigo recebido em: 28.10.2017

Artigo aprovado em: 28.02.2018